

GONÇALVES DE MAGALHÃES E O ROMANTISMO NO BRASIL

Paulo FRANCHETTI¹

- **RESUMO:** Análise e apreciação do “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, considerado o texto inaugural do Romantismo brasileiro.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Cultura brasileira. Romantismo brasileiro. Nacionalismo.

Não creio que valha a pena contestar a tradição historiográfica que propõe 1836 como a data de nascimento do Romantismo no Brasil. Nesse ano, como se sabe, são publicados o livro de versos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, e os dois únicos números da revista Niterói. No primeiro volume desta, o autor dos *Suspiros* comparece com um texto denominado “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” (MAGALHÃES, 1836), cujas propostas, diagnósticos e, inclusive, metáforas de base encontrarão ecos poderosos ao longo do século XIX e pelo XX adentro.

Mas talvez justamente por ter sido um texto tão repetidamente lido, alguns pontos centrais de sua articulação têm escapado a analistas modernos – principalmente aos que não possuem embasamento na área dos estudos literários e que, por isso, dissolvem, em leituras anacrônicas, não só a textualidade e a historicidade do “Ensaio”, mas também de outros

¹ UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Departamento de Teoria Literária. Campinas – SP – Brasil. 13025-151 – paulo@iel.unicamp.br

textos contemporâneos.² De modo que não julgo descabido proceder a mais uma análise desse texto fundador, para mostrar a sua importância, que está longe de ser pequena, na tradição da história literária brasileira.

A postulação básica do “Ensaio” é a de que “[...] cada povo tem a sua Literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto.”³(MAGALHÃES, 1836, p. 32). Mas isso num quadro ideal. No mundo da cultura, há povos cuja civilização é reflexo de outra. E assim como as árvores admitem enxertos, de modo a produzir duas ou mais espécies de frutos a partir de um mesmo tronco, assim também as literaturas podem incorporar ou manter traços de outras.

Na tipologia do ensaio, ao lado de literaturas autóctones (cujo exemplo maior é a da Grécia), existem, portanto, literaturas nas quais se identificam, a par dos produtos da cultura nacional, conceitos, formas e crenças derivadas de outras formações culturais (é o caso das literaturas modernas européias, que, apesar de cristãs, ainda se valeram por longo tempo do aparato mitológico greco – latino).

Finalmente, Magalhães afirma a existência ainda de literaturas compósitas, nas quais diferentes elementos culturais aparecem mesclados, inseparáveis. Uma tal literatura é como um rio formado por dois afluentes cujas águas se misturam, e o exemplo é a literatura espanhola medieval, em que se fundem a cultura cristã e os restos da cultura árabe.

É a partir desse quadro tipológico que o autor procede a um panorama da produção literária no Brasil,

² É o caso, para dar apenas um exemplo, do livro de Pinassi (1998).

³ O “Ensaio” será retomado quase trinta anos depois da Niterói, pelo seu autor, e republicado, em 1865, na coleção de suas obras completas, com o título de “Discurso sobre a história da literatura do Brasil” (MAGALHÃES, 1980).

afirmando que a simples importação fora a tônica do primeiro período de história brasileira, mas que, de 1808 em diante, dadas as condições culturais mais favoráveis – notadamente depois da Independência política –, estaria o Brasil vivendo um segundo momento: aquele no qual tomava consciência da sua especificidade e se constituía plenamente como nação.

Nesse quadro, a oposição à antiga metrópole tem um papel central.⁴ O nacional se constrói menos por afirmação de uma essência, de uma configuração íntima do que por oposição ao português. Na verdade, a nação surge apesar da colonização portuguesa, ou mesmo contra ela. Daí que a identificação de nacionalismo e antilusitanismo potencialize a oposição clássico/romântico, fazendo da rejeição da imagética pagã do neoclacissismo português um gesto de afirmação nacional e política da nova nação. E fazendo, portanto, do Romantismo – que é aqui sinônimo de cultura francesa – um aliado ou um instrumento de libertação. A oposição política nação/colônia se conjuga, portanto, com a oposição

⁴ Creio que não é preciso encarecer o aspecto antilusitano do texto. Considerando Portugal o antigo opressor, Magalhães se esforça por demonstrar sua influência nociva em todos os estágios da constituição da cultura brasileira: reprova-lhe a opção por colonizar o Brasil com criminosos degredados, por usar da mais extremada barbárie no trato com os índios e por impor a ignorância coletiva como instrumento de dominação. Finalmente, deplora o lusitanismo por ser a implantação na América de uma literatura eivada de enxertos clássicos e atribui à pequena penetração do idioma português na Europa o desconhecimento da obra dos poucos porém significativos autores brasileiros do período colonial. O elemento novo, em 1836, é que o Brasil, há algum tempo independente politicamente, começava também a tornar-se independente do formalismo neoclássico, com o qual identifica a cultura portuguesa, e caminhava para a construção de uma literatura nova, nacional e exclusivamente cristã.

romântico/clássico, que se atualiza, por sua vez, na oposição França/Portugal.⁵

A adoção da França como matriz cultural não é um problema, para Magalhães, mas uma solução, pois a civilização francesa lhe aparece como domínio da liberdade e da universalidade. Daí que a substituição seja programática, e a relação vazada na figura da filiação: “Com a expiração do domínio português, desenvolveram-se as idéias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa.” (MAGALHÃES, 1836, p.149).

A afirmação da substituição da paternidade sufocante, econômica e política, pela maternidade cultural, nutriz e liberadora, era tão importante que também comparece nos *Suspiros Poéticos e Saudades*:

Ó Brasil, [...] Donde te veio
A Ciência das Leis, a Medicina,
A Moral, os costumes que hoje
ostentas? [...]
Responda a gratidão.
– Avulta, ó França!
Marcha, prospera; e tu,
Brasil, prospera;
Estes meus votos são,
outros não tenho.
Um povo sempre é filho de
outro povo;
Um homem sem cultura não
avança;

⁵ Para Magalhães (1836, p. 150) “as épocas da história do Brasil”, por conta do caráter periférico e dependente dos países jovens da América, eram “contrapancadas ou ecos dos grandes fastos modernos da Europa”. A civilização teria um vetor definido: perfaria uma espiral ascensional de progresso que teria de ser percorrida por todos os povos. Seu país, por isso mesmo, vivia ainda um tempo histórico que, a rigor, era “o passado do centro ilustrado da Europa”. Daí a necessidade de ter, por guia no caminho do progresso, uma cultura mais velha.

Sem ensino os espíritos não brilham.

(MAGALHÃES, 1939, p. 344).

Essa invocação, num poema denominado “Ao deixar Paris” ganha dramaticidade quando contrastada com a frase que Magalhães teria proferido na outra ponta da viagem, ao avistar o Rio de Janeiro: “Oh... terra de ignorantes!”. Lado a lado, permitem compor uma figura eloqüente do papel que Magalhães e seus companheiros da Niterói se atribuíam: elos de ligação entre a pátria intelectual e a acanhada pátria real, entre o presente ilustrado europeu e o passado desse presente, que era o tempo de seu país.

Mas não se tratava apenas de atualizar o Brasil. Tratava-se de atualizá-lo na direção da sua identidade própria. Ou seja, a questão da identidade brasileira não se apagava perante a necessidade de atualização face à Europa.

Magalhães não apresenta, porém, uma definição programática do que fosse a brasilidade. É certo que manifesta o desejo de que a literatura fosse, em vez de “uma grega vestida à francesa, e à portuguesa, e climatizada no Brasil”, “uma indígena civilizada”. Essa proposição poderia fazer supor que o seu ideal fosse a construção de uma literatura do terceiro tipo, dentre as que relacionara – isto é, uma literatura compósita, formada à imagem do rio que mistura as águas de seus afluentes. No caso, uma literatura na qual o cristianismo se amalgamasse aos resíduos da cultura autóctone primitiva. Entretanto, em nenhum momento desse texto de 1836 Magalhães propõe que seja essa a solução.

Para melhor compreender esse ponto, observemos que o “Ensaio”, quanto à disposição dos argumentos e organização geral da exposição – sem prejuízo da divisão quadripartida que o autor lhe deu em 1865,

quando o republicou –, se divide em duas seções bem demarcadas.

Na primeira, o autor apresenta a tipologia das literaturas, comenta a colonização portuguesa e a história da literatura produzida no Brasil, lamentando a falta de fisionomia própria e o descuido com o passado, e defende a existência de um princípio de definição nacional atuante desde antes da consciência política, de que adiante trataremos.

A segunda seção é a que se segue à frase “[...] aqui terminamos a vista geral sobre a história da Literatura do Brasil, desta literatura não no país nascida.” (MAGALHÃES, 1836, p.153). Magalhães a anuncia como um *intermezzo*, um momento entre a história da literatura importada e a análise individual dos escritores mais destacados. Mas a verdade é que o texto não prossegue além desse *intermezzo*, não apresenta análise particular, que ficará para um artigo específico que parece nunca ter sido escrito.

À pequena segunda parte do texto caberá responder à questão central do ensaio: de onde surgiria a cor propriamente nacional? E a resposta é que a nacionalidade, o traço distintivo, só poderia provir da influência da natureza brasílica, da sua capacidade de moldar um temperamento nacional e de servir como fonte de inspiração para uma literatura própria. Daí que essa segunda parte do texto se estruture em torno da pergunta: “[...] pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas?” Pergunta essa que pressupõe resposta positiva e é, por isso, imediatamente desdobrada na busca da prova histórica: “[...] os seus indígenas cultivaram porventura a poesia?” (MAGALHÃES, 1836, p.153).

Para demonstrar o pendor artístico dos índios, Magalhães recorre ao testemunho dos cronistas, pois, como reconhece, não há registros da sua literatura ou da sua música. Para o poeta, aliás, o elemento indígena aparecia, em 1836, como praticamente extinto da

face da terra, e ele lamentava que não existisse para a inspiração da literatura brasileira alguma coisa que correspondesse ao que julgava serem os poemas primitivos de Ossian.

Após desfiar os testemunhos, a conclusão é clara e está na p. 158 do ensaio da “Niterói”: “[...] à poesia não se opõe o país”.⁶

Daí por diante, não trata mais do indígena, mas se concentra em demonstrar a necessidade de o poeta moderno abandonar a imitação do antigo e deixar-se influenciar pela natureza brasileira, para assim adquirir individualidade. Portanto, o mais razoável é entender a “indígena civilizada” no quadro da invocação da França e do seu papel na ilustração da literatura brasileira, recém libertada do jugo colonial.

Ou seja, não creio que faça sentido entender o projeto nacionalista do “Ensaio” como aproveitamento da cultura ameríndia como base da nacionalidade e elemento de diferença em relação a Portugal ou à Europa. Essa foi uma bandeira de Magalhães, mas num estágio posterior.

De fato, em 1859, na memória lida no Instituto Histórico e Geográfico, intitulada “Os indígenas do Brasil perante a história”, o poeta vai concluir, com base num raciocínio nebuloso, que é o indígena o elemento preponderante na constituição do povo brasileiro.

Mas se, na segunda metade da década de 1850, com a *Confederação dos Tamoios*, a história da independência e afirmação nacional vai se deixar narrar como a vingança do índio contra o invasor português, na época da Niterói as coisas não se passam assim, e me parece que seria falsear o texto e o espírito do “Ensaio” não reconhecer tal fato e lê-lo pela óptica de 20 anos depois. O ponto é: em 1836, o índio não

⁶ Na segunda edição do ensaio (MAGALHÃES, 1980), o país não só não se opõe, mas já inspira – como se verá – uma poesia original.

comparece no texto do “Ensaio” como postulação de origem da nova literatura, nem como ideal de heroísmo, base da nacionalidade ou fonte de inspiração poética; ele é aí apenas um elemento de prova de uma tese sobre a natureza brasílica, e não sobre o povo ou o caráter brasileiro.

Para melhor compreender a importância desse ponto na articulação do pensamento de Magalhães em 1836, é preciso voltar agora àquela que é a principal reivindicação e a principal novidade do seu texto: a de que existe, atuante ao longo da história da literatura brasileira, um “instinto oculto”, que seria, inclusive, responsável pelo pouco que teria havido de individuação e de interesse na “literatura não no país nascida”.

Com essas palavras Magalhães designava uma determinante da percepção da realidade que, informada pela natureza e pelas condições de vida nesta parte do mundo, acabaria por se sobrepor à força da tradição e da educação clássicas, impostas por Portugal (daí também, talvez, o seu caráter “oculto”).

O “instinto oculto” é descrito como uma força que dirige o homem “a despeito da educação”, como uma força que impele à ação necessária, mesmo quando a prática social preconiza outra solução (MAGALHÃES, 1836, p.148). Essa força nasce do ambiente natural, do convívio com uma natureza específica, que molda um tipo de caráter único. No quadro fortemente religioso do “Ensaio”, o “instinto oculto” termina por se combinar com o sentimento cristão para combater o arcabouço mitológico greco-latino que sustentava a poesia anterior ao Romantismo. De modo que a constituição da literatura brasileira é descrita como um processo simultâneo de conversão da musa antiga ao cristianismo e de reconhecimento da beleza específica da natureza brasileira, que humilha as “encanecidas montanhas da Europa”. Mas não resta dúvida de que o motor da individuação, aquele que inclusive conduz

o brasileiro ao encontro da verdadeira religião na nova poesia, é a força irracional moldada pelo ambiente natural.

Dava assim Magalhães a primeira formulação cabal, no Brasil, à idéia, que tão longa fortuna terá nos anos subseqüentes, de que os temas, as formas e as técnicas da literatura européia se não obstruem, ao menos dificultam a expressão do caráter nacional na produção letrada do país.

O conjunto das duas postulações – a de que o “instinto” seria responsável, ao longo dos anos, pela transformação completa da musa européia e greco-latina em musa americana e a de que o formalismo empece a aparição do nacional – ecoará ao longo do tempo, na historiografia brasileira.

A primeira dessas postulações terá atualização imediata no pensamento de Machado de Assis, que explicitou o conteúdo da força obscura ao redominá-la, num ensaio que ficou famoso, “instinto de nacionalidade”. A primeira e a segunda postulações, com modalizações e combinações várias, podem ser detectadas tanto na obnubilação de Araripe, quanto na “tradição afortunada” de Afrânio Coutinho.

Creio ainda que ambas as teses podem ser encontradas no pensamento do crítico que assumiu explicitamente o ponto de vista romântico (dos primeiros românticos, para ser mais exato) para narrar a história da formação da literatura brasileira, Antonio Candido. De fato, no livro que leva o nome do projeto romântico, Candido (1971) tratará de identificar a inflexão que a paisagem e a vida brasileiras imprimiriam à poesia dos árcades mineiros. Ou, para falar como Magalhães, tratará de identificar a brasilidade que aparece “a despeito da educação”. E em vários outros textos posteriores de Candido (especialmente em dois artigos escritos sob o impacto do golpe e consolidação do regime militar no Brasil, nos quais o otimismo ilustrado da *Formação* cede lugar ao diagnóstico da

condição periférica do Brasil e dos limites estruturais da sua integração ao mundo capitalista) lá estará, redimensionada, a postulação de Magalhães de que as formas importadas impedem ou sufocam a expressão do nacional.⁷

A tese do “instinto oculto” se complementa com outra formulação fundamental para o entendimento do “Ensaio”: a de que, embora a literatura varie, ao longo do tempo, de acordo com a natureza humana, a civilização e o progresso, as suas modificações estão sempre de acordo com o caráter e o estado de civilização do povo que a origina. A literatura, diz ele, é “[...] semelhante ao termômetro, que sobe ou desce segundo o estado da atmosfera.” (MAGALHÃES, 1836, p. 134). A literatura ocupa, por isso mesmo, um lugar central na questão nacional: ela é a expressão do caráter nacional e o principal meio de acesso a ele. A tarefa do historiador da literatura brasileira, que Magalhães se atribui, consiste portanto em retrair

⁷ O ponto é visível na *Iniciação à Literatura Brasileira* e nos textos críticos que Candido assinou com José Aderaldo Castello, na *Presença da Literatura Brasileira*, e não só nas passagens nas quais trata do Arcadismo, mas também nas que enfoca outro momento de predomínio do “formalismo”, como terá sido o Parnasianismo. Os textos nos quais a perspectiva histórica de Candido patenteia o impacto da modernização autoritária e conservadora imposta pelo golpe de 64 são: “Literatura e subdesenvolvimento”, publicado em francês em 1970 e em português em 1979; “Literatura de dois gumes”, lido na Universidade de Cornell em 1966 e publicado no Brasil em 1969. Reunidos em livro, formam, com “A revolução de 1930 e a cultura” e “A nova narrativa”, a terceira parte do volume *A Educação pela Noite*. No que diz respeito às metáforas e conceitos desse texto seminal que terão larga fortuna crítica, merece especial destaque a das literaturas como troncos, dos quais nascem galhos naturais ou enxertados, que reaparecerá na historiografia subsequente, até fixar-se de vez, tingida ainda de algum antilusitanismo, na abertura do livro que atualiza e prolonga de modo mais brilhante, no século XX, a perspectiva romântica do tratamento do nacional, a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido. A propósito da alteração da perspectiva histórica de Candido por volta de 1970, ver João Hernesto Weber (1997).

simultaneamente a história da emergência do caráter nacional e a história do progresso da civilização brasileira.

O estudo da história e da literatura não tem, entretanto, caráter apenas arqueológico. É antes um guia para o futuro, pois “[...] estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar.” (MAGALHÃES, 1836, p. 145). Ou seja: estudar o passado é, por meio da revelação do “instinto oculto”, identificar o rumo “natural”, mais condizente com o gênio do povo e o estado da sua civilização.

Daí que o tom do “Ensaio” seja de combate, de balanço e ajuste de contas com a herança colonial, reclamando-se alguma violência: “[...] tu afastaste de teu colo a mão estranha, que te sufocava, respira livremente, respira e cultiva as ciências, as artes, as letras, a indústria, e combate tudo que pode entrevá-las.” (MAGALHÃES, 1836, p.146).

No mesmo ano da Niterói, deu Magalhães a público aquele que seria considerado, em seu tempo, o livro inaugural da nova poesia, cristã e nacional, isto é, romântica: os *Suspiros Poéticos e Saudades*.

A publicação simultânea do “Ensaio” e dos *Suspiros* por certo não era fortuita. Ambas as obras fazem parte de um programa de criação da literatura nacional, que também inclui a tragédia de 1839, *Antônio José ou O Poeta e a Inquisição*, bem como o poema épico, que começa a redigir pouco tempo após o retorno da França e que publicará apenas em 1857, “A confederação dos tamoios”. Ao mesmo tempo, Magalhães se empenha em outras empresas intelectuais: já em 1858 publica os *Fatos do Espírito Humano*, que faz dele, na opinião de alguns, o iniciador da filosofia brasileira;⁸ e em 1876, o volume *A Alma e o Cérebro: Estudos de Psicologia e Fisiologia*, cuja importância no quadro intelectual brasileiro não é

⁸ Ver, a propósito, L. A. Cerqueira (2004).

desprezível, segundo um estudo recente.⁹ Finalmente, cumpre destacar outra vertente do seu empenho nacionalista: a de funcionário imperial. É essa função que o absorve no intervalo entre a peça de teatro e a publicação do poema épico: como secretário de Luiz Alves de Lima e Silva (o futuro Duque de Caxias), participará ativamente da tarefa de debelar as revoltas contra o Trono, no norte e no sul do país.¹⁰

Frente a personalidade tão versátil, a crítica e a historiografia brasileira – com raras exceções – adotou uma atitude simplicadora e redutora. É certo que os *Suspiros* de Magalhães não se comparam ao livro que Gonçalves Dias lançaria 10 anos depois, nem ao grosso da produção romântica publicada a partir daí. É fato que o gosto árcade ainda se faz presente em muitas passagens desse livro, e que o autor abusa das comparações de sabor classicizante como base da exposição bem organizada, onde um leitor já educado na poesia romântica talvez esperasse a efusão ou a meditação sentimental (nesse sentido, o poema mais característico do livro é “Infância”, que traz inspiração romântica vazada na imagética e na tópica árcades). E também é certo que, mesmo para esse leitor romântico, haveria momentos que não seriam nada maus, como, por exemplo, “A velhice” e “A tristeza” e também “Invocação à saudade”, além do festejado “Napoleão em Waterloo”.

Mas onde estava esse leitor plenamente romântico no Brasil de 1836? Em parte alguma, exceto talvez na roda de amigos do próprio Magalhães. E se as obras posteriores do autor não conseguiram manter o caráter moderno que tiveram os seus *Suspiros*, isso não deve empanar o mérito deste, nem o seu papel seminal

⁹ Ver, a propósito, Kaori Kodama (2005).

¹⁰ Desse trabalho resultará, aliás, um belo texto, a “Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840” (MAGALHÃES, 1989), no qual as qualidades épicas do seu estilo produzem momentos muito notáveis.

para as novas gerações. Por outro lado, ainda está para ser escrita, com menos *parti pris* alencariano, uma apreciação mais equânime de “A confederação dos Tamoios”. Uma apreciação que situe esse poema numa linhagem tão importante quanto mal estudada da poesia brasileira, que também englobaria as traduções de Odorico Mendes, o poema “Colombo”, de Porto-Alegre, bem como as obras de Sousândrade e parte da de Gonçalves Dias. Seria fugir muito ao tema do presente estudo, entretanto, enfocar agora o que Antonio Medina Rodrigues identificou como a vertente latinizante da cultura brasileira, e que teria desdobramentos, passando pelo Parnasianismo, até as portas do século XX.¹¹

Fica, entretanto, o registro de que, como escreveu Antonio Candido (1971, v.2, 64), a “Confederação” “[...] não é contudo a nulidade referida por muitos críticos [...]”. Pelo contrário, até onde posso ver, é obra de mérito muito superior ao que a tradição historiográfica nela tem visto, em grande parte por simples recusa à leitura.¹²

Quando saiu a público a última edição dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, na reunião das suas obras, em 1865, Magalhães republicou também o seu “Ensaio” da Niterói. Denominou-o, agora, “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”.

¹¹ Antonio Medina Rodrigues (2005, p.15), no estudo introdutório à tradução da *Eneida* por Odorico Mendes: “Uma vertente da nossa literatura foi latinizante, e deixou marcas até começos do século XX, por exemplo, em Euclides da Cunha.” Já no prefácio a outra tradução de Odorico, Medina (2000, p.40) rastreara o veio da “poesia da gramática”, no qual incluía Gregório de Matos, Vieira, Odorico, Sousândrade, Raul Pompéia, Euclides, Lobato, Graciliano, Oswald e João Cabral, bem como a Poesia Concreta.

¹² A citação continua: “[...] as obras desse tipo são geralmente lidas de carreira, ou mal folheadas, com a intenção prévia de louvar ou denegrir. Nada mais fácil do que fazer espírito à sua custa, como Alcântara Machado.”

Decorridos quase trinta anos da primeira publicação, e já plenamente instalado o romantismo no Brasil, o texto sofre algumas alterações de redação, de menor importância, e uma ou outra de maior relevância. Dessas, destaca-se a que o autor fez na sentença que divide as duas partes principais do argumento do texto.

Na edição da Niterói, a frase, já citada, era:

Aqui terminaremos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, desta literatura não no país nascida. (MAGALHÃES, 1836, p.153).

Na edição de 1865, lê-se:

Aqui terminaremos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, dessa literatura sem um caráter nacional pronunciado, que a distinga da portuguesa. (MAGALHÃES, 1980, p.35).

A intervenção revela o alcance da tarefa operada por Magalhães no quadro conceitual da reflexão sobre o país. O “instinto oculto” já desabrochou plenamente em “caráter nacional” e a literatura anterior ao lançamento dos *Suspiros* já pode ser incorporada pela teleologia romântica, adquirindo feição nacional, que entretanto não é pronunciada a ponto de a distinguir da forma imposta.¹³

¹³ Outras alterações significativas ocorrem nas seguintes passagens, nas quais marco com negrito os termos acrescentados (transcrevo pelo texto da 2ª ed., sem anotar alterações ligeiras de redação): “[...] cada povo tem a sua literatura **própria**, como cada homem seu caráter **particular**, cada árvore seu fruto **específico** [...]”; “[...] estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar **para um futuro mais brilhante** [...]”; “[...] do que fica dito podemos concluir que o país não se opõe **a uma poesia original, antes a inspira** [...]” (MAGALHÃES, 1980, p. 24, p. 31 e p. 37, grifo nosso)

Na leitura comparada das duas versões, avulta uma série de pequenas supressões e adaptações, que resulta numa importante alteração no tom geral do texto no que diz respeito ao lugar e ao papel da França face ao Brasil. Passado o momento tenso da regência brasileira e dos anos de afirmação do segundo reinado; encerrada a Monarquia de Julho na França, em pleno vigor o regime de Luís Bonaparte, e alçado o poeta Magalhães à condição de Visconde de Araguaia, já não era a França modelo absoluto para o liberal conservador, amigo de Pedro II.

De fato, as principais passagens nas quais aquela nação se apresentava como guia e espelho futuro do Brasil foram suprimidas na edição de 1865.¹⁴

O patriotismo e a retórica antilusitana de Magalhães, entretanto, não esmoreceram. Pelo contrário, recrudesceram. O que é visível na *Memória* de 1859 e na última parte da “Confederação”, em cujo canto X se insere, inclusive, a propósito de Anchieta, uma espécie de resumo do “Ensaio” da Niterói.¹⁵

¹⁴ São as seguintes passagens mais importantes do texto da “Niterói” (MAGALHÃES, 1836), que foram suprimidas quando da republicação, nas **Obras**, em 1865 (MAGALHÃES, 1980): “O Brasil, que parece pautar suas ações, e seguir as pegadas da nação francesa.”; “Assim tem sempre o Brasil medrado, olhando para a França, e nós nos lisonjeamos que ele não retrogradará, tomando esta grande mestra por guia.”; “É inegável que com a França o nosso comércio científico e literário particularmente tem existido.”

¹⁵ Trata-se da passagem referida por Candido (1971, p. 65): “A própria Natureza tão formosa, / Com quem simpatizava essa bela alma, / Mais o dispunha a difundir-se em hinos. / Mas quem ali seus cantos entendia? / O céu, o puro céu a quem cantava; / Esse céu que o inspirava; e após, mais tarde, / Bíblicos salmos inspirou a Caldas, / E a São Carlos os cantos numerosos / Da sidérea Assunção da Sacra Virgem: / Esse céu, onde os Anjos já sabiam / Os nomes de Durão, dos Alvarengas, / De Basílio, e de Cláudio, e de outros vates, / Que em séculos futuros assomando, / A terra do Cruzeiro honrar deviam. / Inspire-me esse céu, que viu-me infante, / Nos braços maternos, beber co’a vida / Este amor da harmonia que afagou-me; / E possa ouvir meu canto derradeiro,

Na minha opinião, foi essa fidelidade à missão que se atribuiu em meados dos anos de 1830, ainda em França, que o foi tornando menos contemporâneo do seu tempo. Um tempo no qual não só deixou de fazer sentido denunciar a poesia produzida no Brasil como uma virgem que trajava um impróprio manto estrangeiro, enquanto se sentava à sombra das palmeiras, mas também perdeu apelo a idéia de construir o caráter nacional seja por oposição a Portugal, seja por meio da afirmação religiosa.

É claro que a época da maturidade de Magalhães não era ainda aquela na qual um poeta mulato defenderia a necessidade de dar um pontapé nessa senhora bem vestida, a poesia, como forma de a despir do supérfluo e reduzi-la à espontaneidade e à carnadura original. Mas já era, desde 1848, a de uma nova fase da cultura nacional, na qual um poeta dos mais populares e consagrados do Brasil já podia afirmar, na abertura de um novo conjunto de poemas, talvez mesmo em oposição ao aguerrido nacionalismo antilusitano de Magalhães, que a literatura portuguesa e a brasileira eram “[...] semelhantes e parecidas, como irmãs que descendem de um mesmo tronco e que trajam os mesmos vestidos, – embora os trajem por diversa maneira, com diverso gosto, com outro porte e graça diferente.” (DIAS, 2001, p. 164).

Nesse tempo novo, o Visconde de Araguaia, que tinha erguido o pendão da França contra Portugal e baseado a sua reflexão literária na construção do nacional por oposição à antiga metrópole, já não tinha lugar como poeta e como pensador da especificidade da literatura do Brasil, face à novidade e o acolhimento público de autores mais jovens – como Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo (todos, por sinal, já falecidos quando Magalhães organizava

/ E o meu suspiro extremo, nessas terras / Do saudoso Carioca, onde descansam / Os ossos de meus pais. E Deus conceda / Que junto aos ossos seus meus ossos jazam.”

suas obras completas). Autores para os quais não só a herança portuguesa já não era um problema, como era ainda parte importante da sensibilidade e da identidade nacional brasileira.¹⁶

FRANCHETTI, P. Gonçalves de Magalhães and Romanticism in Brazil. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46 n. 2, p. 89-103, jul./dez. 2006.

ABSTRACT: *Analysis and appreciation of “Essay on the history of literature in Brazil”, by Gonçalves de Magalhães, considered the cornerstone of Brazilian Romanticism.*

KEYWORDS: *Brazilian culture. Brazilian Romanticism. Nationalism.*

Referências:

CANDIDO, A. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Formação da literatura brasileira**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1971. v. 2.

CERQUEIRA, L. A. Gonçalves de Magalhães como fundador da filosofia brasileira. In: MAGALHÃES, D. J. G. de. **Fatos do espírito humano**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes: ABL, 2004. p. 11-43.

DIAS, G. Prólogo aos “Segundos cantos”. In: _____. **Cantos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 163-166.

KODAMA, K. Um discurso sobre ciência, religião e liberdade no Segundo Reinado: a alma e o cérebro, de

¹⁶ Apenas para baliza cronológica, eis as datas de nascimento e morte dos autores mencionados: Gonçalves de Magalhães, 1811-1882; Gonçalves Dias, 1823-1864; Álvares de Azevedo, 1831-1852; Casimiro de Abreu, 1839-1860.

Gonçalves de Magalhães. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.146-155, jul./dez. 2005.

MAGALHÃES, D. J. G. de. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.23, p.14-66, mar. 1989.

_____. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: COUTINHO, A. (Org.). **Caminhos do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Pallas, 1980. p. 24-38.

_____. Suspiros poéticos e saudades. In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: MEC, 1939. v. 2.

_____. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. **Nitheroy, revista brasiliense**, Paris, tomo primeiro, n. 1, 1836.

PINASSI, M. O. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**: Nitheroy, revista brasiliense de ciências, letras e artes São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

RODRIGUES, A. M. A Eneida virgiliana entre a vivência e a narração. In: VIRGILIO. **Eneida**. Introdução de Antônio Medina Rodrigues. Glossário de nomes próprios e notas de Luiz Alberto Machado Cabral. Campinas: Ed. UNICAMP; São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. p.9-29.

_____. Prefácio. In: HOMERO. **Odisséia**. Organização de Antonio Medina Rodrigues. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 21-54.

WEBER, J. H. **A nação e o paraíso**: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.